

Evolução urbana e patrimônio arquitetônico em bairros pericentrais de Belo Horizonte (MG): estudo de caso da ex-colônia agrícola Adalberto Ferraz

Evolución urbana y el patrimonio arquitectónico en barrios pericentrais de Belo Horizonte (MG): estudio de caso de la ex-colonia agrícola Adalberto Ferraz

Sessão Temática: Patrimônio e Memória

PAZ, Sarah; Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestranda em Ambiente Construído Patrimônio Sustentável; Universidade Federal de Minas Gerais

sarahvps@ufmg.br

Resumo

Este artigo investiga a situação do patrimônio arquitetônico da ex-colônia agrícola Adalberto Ferraz (que atualmente corresponde aos bairros Anchieta e Cruzeiro), situado na região Sul de Belo Horizonte (MG). Partindo de um levantamento sobre o patrimônio arquitetônico da cidade foi possível perceber uma concentração de estudos e políticas de preservação do patrimônio em edificações dentro do limite da Avenida do Contorno, e uma escassez de estudos e levantamentos sobre o patrimônio em bairros pericentrais (bairros que estão ao redor da Avenida do Contorno). Diante dessa carência de dados, a pesquisa se propõe em eleger um desses bairros para se aprofundar sobre o patrimônio arquitetônico dele. O local escolhido foi a ex- Colônia Agrícola Adalberto Ferraz, se dá pelo fato de serem bairros antigos pela demanda de estudos sobre seus bens culturais imóveis.

Palavras-chave: patrimônio arquitetônico, Belo Horizonte, bairros pericentrais.

Abstract

This article investigates the situation of the architectural heritage in the ex-agricultural colony Adalberto Ferraz (nowadays known as the neighborhood Anchieta and Cruzeiro), located in the South of Belo Horizonte (MG). Based on the mapping of the architectural heritage of the city it was possible to notice a concentration of studies and cultural heritage preservation policies in buildings inside the limit of Contorno Avenue, and a lacking of studies and inventory of the pericentral neighborhoods (the neighborhoods which are around Contorno Avenue). Given this fact, a smaller area was chosen to be investigated. The area chosen

was the ex-agricultural colony Adalberto Ferraz due to the demand for studies about its architecture.

Keywords: architecture heritage, Belo Horizonte, per-central neighbourhoods.

1. Introdução

O presente trabalho surgiu de um interesse sobre essas edificações de valor histórico e cultural do patrimônio da cidade de Belo Horizonte. Esse interesse advém da participação, durante a graduação, de uma pesquisa iniciada na graduação e que resultou em um trabalho de conclusão de curso, que partiu de um interesse sobre o patrimônio arquitetônico¹ na cidade de Belo Horizonte.

Para isso, foi feito um levantamento geral sobre o patrimônio arquitetônico em Belo Horizonte. Primeiramente foi realizado um mapeamento das edificações tombadas em nível municipal, com base nos dados informados pela prefeitura de Belo Horizonte através do site BH Maps. Esses dados, no entanto, se referem apenas ao patrimônio tombado, não oferecendo informações sobre o patrimônio arquitetônico que não está protegido pela legislação municipal. Diante disso, buscaram-se outras fontes de levantamento e estudos o patrimônio arquitetônico da cidade, como o projeto Casas da Lagoinha² e o projeto Quanto Tempo dura um Bairro³. A partir desses dados coletados, elaborou-se um mapa sobre o patrimônio arquitetônico em Belo Horizonte. Nele é possível perceber a concentração do patrimônio na área dentro da Avenida do Contorno⁴ e na região Leste em bairros como Floresta, Santa Tereza, Lagoinha e Bonfim.

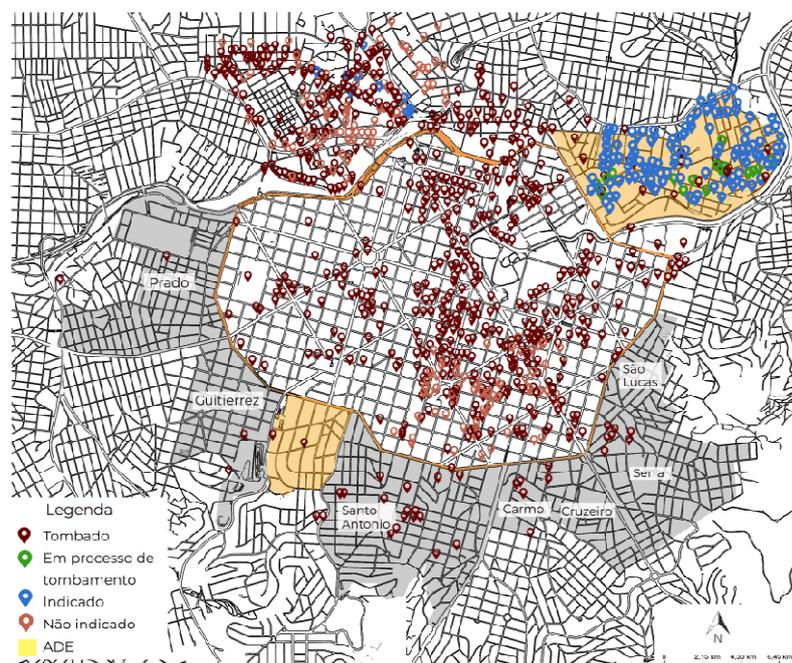
¹ Entende-se como patrimônio arquitetônico “o conjunto de bens edificados de qualquer natureza a que a sociedade atribui e reconhece um valor cultural” (Azkarte et. al, 2003)

² Em 2017, foi realizado um estudo e um mapeamento pelo projeto Casas da Lagoinha que de levantou dados sobre o patrimônio dessa região. Esse processo resultou na criação do Conjunto Urbano bairros Lagoinha, Carlos Prates e Bonfim e no tombamento de diversas edificações.

³ O projeto “Quanto Tempo dura um Bairro” fez um levantamento sobre o patrimônio dos bairros Lagoinha, Santa Tereza e Savassi, levantados também os imóveis indicados para tombados e os não indicados.

⁴ De acordo com um levantamento realizado em 2012, 76% dos bens imóveis tombados se localizam no interior da antiga zona urbana (ANDRADE, ARROYO, 2012, p.18).

Figura 1: Mapa do patrimônio arquitetônico em Belo Horizonte



Fonte: Elaborado pela autora

Essa centralização do patrimônio arquitetônico na antiga zona urbana (região dentro do limite da Avenida do Contorno) em detrimento da zona suburbana (externa ao limite da Contorno) pode ser resultado da origem de Belo Horizonte e a forma pela qual a cidade foi planejada e ocupada. De acordo com Andrade e Arroyo (2012) o planejamento da cidade contribui para a preservação de elementos e edifícios do início da ocupação, e é um dos motivos pelos quais a política do patrimônio municipal privilegia o traçado original da idade e as edificações que estão dentro do limite da Avenida do Contorno.

Em relação ao grande número de edificações apontadas no mapeamento nos bairros a norte da zona urbana (Lagoinha, Bonfim, Santa Tereza), isso ocorre devido a movimentos iniciados nos anos 1990, muitas vezes liderados por grupos da sociedade civil para a preservação do patrimônio. Um exemplo disso é a atuação em 1996 do movimento 'Salve Santa Tereza', formado por moradores do bairro que temiam a descaracterização do bairro com o processo de verticalização, e que teve como resultado a aprovação da lei que estabeleceu o Santa Tereza como área de diretrizes especiais (ANDRADE e ARROYO, 2012).

Diante disso é possível observar a ausência de dados sobre o patrimônio arquitetônico nos bairros pericentrais⁵, especialmente localizadas ao sul da zona urbana com exceção do bairro Cidade Jardim que constitui uma Área de Diretrizes Especiais (ADE). Nesses bairros há poucos edifícios tombados.

A percepção da ausência de dados sobre o patrimônio arquitetônico nos bairros pericentrais fez com que o foco do trabalho se tornasse essa região. A situação de abandono do patrimônio desses bairros se dá primeiramente pela falta de dados e instrumentos de proteção sobre essas edificações. Diante disso, questiona-se qual é a situação do patrimônio nesses bairros pericentrais? E como fazer o reconhecimento desse patrimônio?

A fim de compreender essas questões, foi delimitada uma área de estudo de menor, para aprofundar o estudo e realizar um levantamento dos dados. Escolheu-se a área da antiga Colônia Agrícola Adalberto Ferraz, que atualmente compreende dois bairros, e o Anchieta o Cruzeiro. A escolha dessa área se deve pela demanda acadêmica e social de estudos sobre essa temática, visto que não foi encontrado nenhum trabalho que tivesse o patrimônio arquitetônico dessa região como foco de estudo.

A partir dessa escolha foi feito uma pesquisa bibliográfica, documentário e de campo a fim de compreender a evolução urbana de Belo Horizonte, com o foco nos bairros do Anchieta e Cruzeiro. Além do levantamento da história, foi feito também o levantamento e mapeamento dos bens culturais imóveis dessa região a partir de dos disponibilizados pela prefeitura, com o intuito de identificar o patrimônio arquitetônico dessa região, suas características, verificar a sua situação atual e a eficácia dos instrumentos de proteção que agem sobre esses bens.

2. Evolução urbana

2.1 Evolução urbana de Belo Horizonte

Belo Horizonte é uma cidade planejada e que foi fundada em 1897. O projeto do engenheiro Arão Reis tinha influencia do movimento positivista e buscava por meio de princípios de ordem, progresso, ciência, higiene e estética a materialização de uma capital moderna. A partir da década de 1890 começou-se a traçar um projeto de transferência da sede do poder público do estado de Minas Gerais para uma área urbana que simbolizasse modernidade, se afastando de Ouro Preto (que era a capital do estado até aquela época), que era vista como

⁵ Consideram-se como bairros pericentrais aqueles que estão no entorno imediato da Avenida do Contorno.



área estagnada devido à decadência da exploração aurífera (AGUIAR, 2006). Seguindo os desejos da elite da época, a nova capital de Minas Gerais deveria ser uma ruptura simbólica com os moldes sociais, econômicos, estéticos, culturais e políticos (OLIVEIRA, 2020).

No plano de Arão Reis, a cidade era dividida em três zonas concêntricas: a zona urbana, a zona suburbana e a zona rural (Figura 2). A zona central é a área urbana, 'a cidade por excelência, o centro da vida urbana' (AGUIAR, 2006, p. 23). Essa zona foi planejada por Arão Reis, que determinou seu um projeto viário, cujo traçado formava um *grid* com ruas se encontrando em ângulos de 90° ou 45°(Figura 3),

Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana de 8.815.382 m², divididas em quarteirões de 120mx120m pelas ruas, largas e em orientadas, que se criam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°[...]. Apenas uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação dos bairros opostos, de 50m, para constituí-la em centro obrigatório da cidade e, assim, forçar a população, quando possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos (BARRETO, 1996, v. 2, p. 251, apud. AGUIAR, 2006, p. 192).

O projeto determinava também as áreas das edificações públicas, sendo a sede do poder na Praça da Liberdade e um bairro residencial para os servidores públicos que teriam que se mudar da antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto, para a nova capital, o bairro Funcionários,

Os edifícios públicos tiveram sua localização definida a partir de pontos estratégicos, nos aspectos paisagístico, simbólico e de conexão. Esses edifícios conformaram, principalmente, edifícios sedes do poder político, como palácios e secretarias, o que formou a ideia de uma cidade baseada em um forte simbolismo do poder republicano que se estendia para as habitações dos funcionários de diferentes níveis e demais representantes públicos em Minas. A concentração dessas edificações públicas e das habitações dos funcionários se localizava, principalmente, no entorno da Praça da Liberdade, definida como o centro cívico de Belo Horizonte (LEMOS, 2019, p.23)

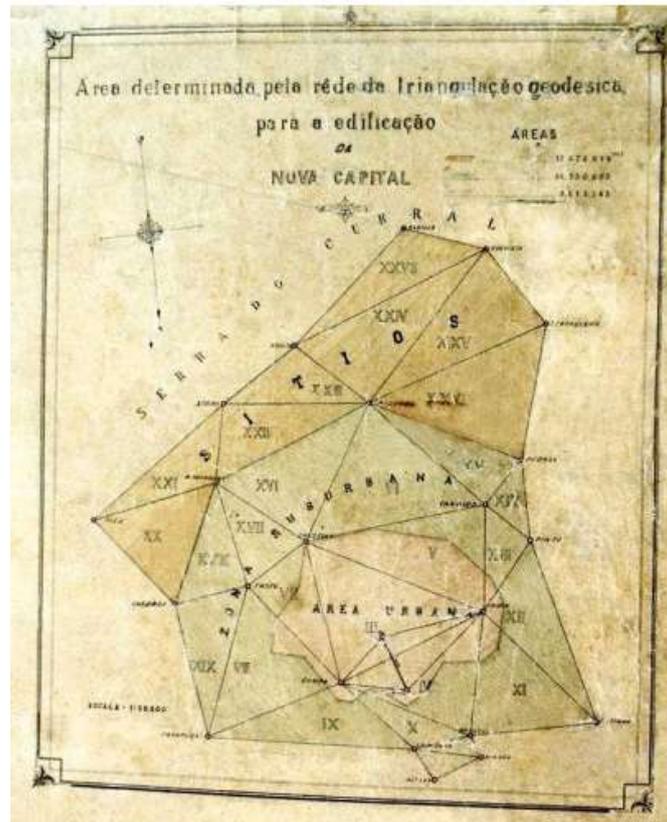
A zona urbana era delimitada por uma avenida, a Avenida do Contorno, que a separava da segunda zona, zona suburbana. Essa zona foi pensada como um espaço de transição entre a cidade e a área rural,

A zona suburbana de 24.930.803 m²- em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas e as ruas traçadas de conformidade com a topografia e tendo apenas 14m de largura- circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros e é por sua vez, envolvida por terceira zona de

17.474.619 m² reservada aos sítios destinados á pequena lavoura (BARRETO, 1996, v. 2, p. 251, apud. AGUIAR, 2006, p.192).

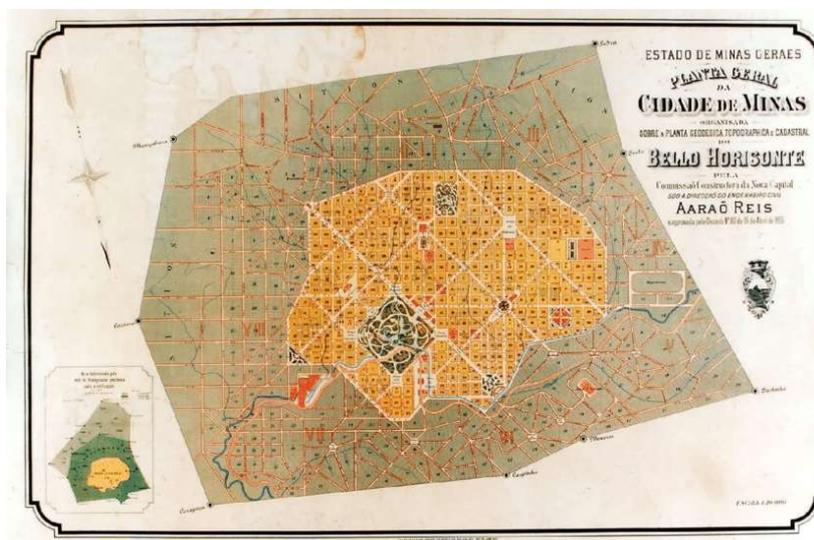
Por fim, ao redor da zona suburbana viria à zona rural, ocupada por fazendas e povoados que iriam abastecer a nova capital.

Figura 2: Organização geral de Belo Horizonte, 1895



Fonte: Aguiar, 2006, p. 24

Figura 3: Planta Cadastral de Belo Horizonte, 1895



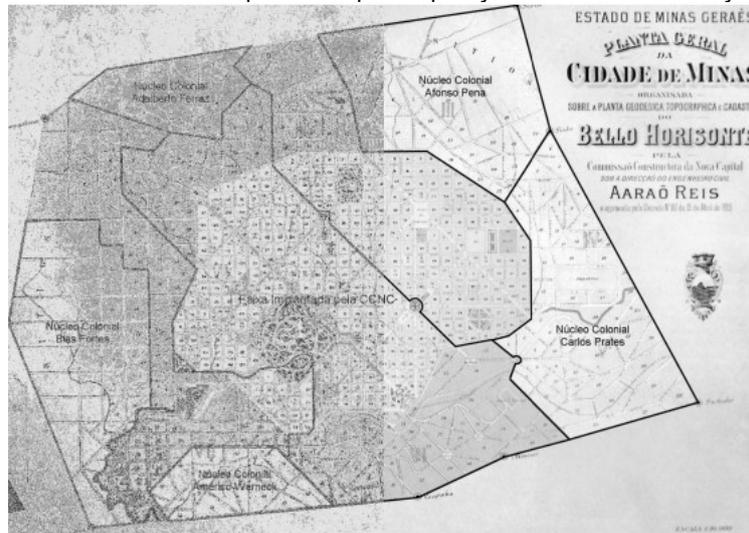
Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

No entanto, o primeiro plano de Arão Reis não foi implementado completamente, sendo que foram implementados algumas zonas de colônias agrícolas⁶ junto a Avenida do Contorno, transformou parte dos bairros suburbanos em áreas rurais (Figura 4). Outra mudança não prevista no plano foi à ocupação concomitante da zona urbana e da suburbana. Conforme o mapa da Figura 5, desde 1900 as áreas construídas já ultrapassavam o limite da Avenida do Contorno, sendo que em 1920 a zona ao sul da Contorno já começa a ser ocupada e em 1940 toda a área suburbana já tinha edificações. Isso se deu devido aos altos níveis de exigências legais⁷ para a construção dentro da região urbana, a população de baixa renda, que veio para trabalhar na construção da nova capital, começou a se instalar na periferia da Avenida do Contorno.

⁶ A colônia agrícola era um “estabelecimento rural destinado a promover o povoamento de uma região, no qual pequenos agricultores recebiam lotes de terra e eram assentados, sob o compromisso de cultivar o solo” (AGUIAR, 2006, p. 27).

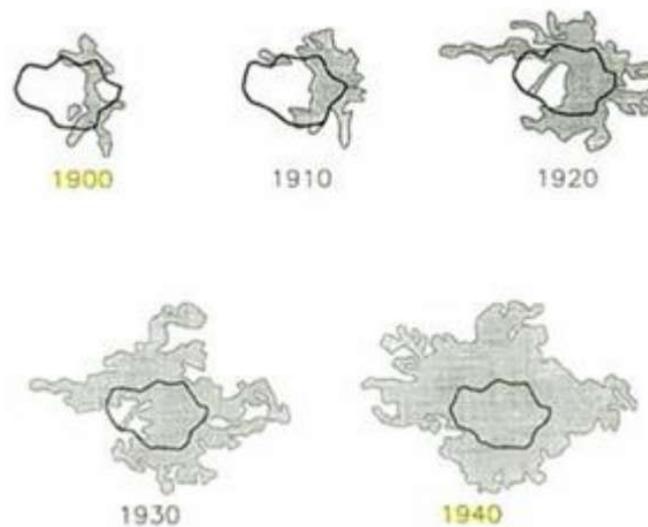
⁷ As construções das edificações tinham que seguir regras e padrões estabelecidas pela Comissão Construtora da Nova Capital.

Figura 4: Zonas Colônias implantadas pela repartição de terra e colonização 1898



Fonte: AGUIAR, 2006, p. 23

Figura 5: Área edificada de Belo Horizonte de 1900 a 1940



Fonte: AGUIAR, 2006, p. 25

2.2 Evolução urbana da Colônia Agrícola Adalberto Ferraz

A antiga Colônia Agrícola Adalberto Ferraz se transformou nos bairros Anchieta e Cruzeiro, na região Sul de Belo Horizonte (Figura 6). Essa colônia agrícola foi criada em 1899 para abastecimento da capital. Nessa época também foi construído o primeiro reservatório de água da capital na região que atualmente é o bairro cruzeiro (Figura 7).

Figura 6: Mapa localização Anchieta e Cruzeiro



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 7: Reservatório de água



Fonte: Site ArqBH

No entanto, a maioria dos sítios que deveriam ser implantados na região não foram implementadas por falta de apoio do governo. Na década de 1910, a região era pouco habitada, de acordo com dados da Prefeitura de Belo Horizonte (2008) em 1911 não havia mais de 90 casas na área.

Essa região começa a mudar a partir do final da década de 1920, quando as atividades agrícolas já haviam sido encerradas, e os bairros mais próximos à Avenida do Contorno, como o Carmo, Anchieta e São Pedro, começam a ser urbanizados e ocupados por residências (PBH, 2008). Apesar de que já havia sido feito o loteamento parcial de algumas quadras da região, é possível perceber pela Planta Cadastral de 1928 (Figura 8) que havia poucas edificações construídas. Uma das residências construídas nessa época é uma casa eclética na Rua Pium-í que é datada de 1920 (Figura 9). Nota-se também que algumas das

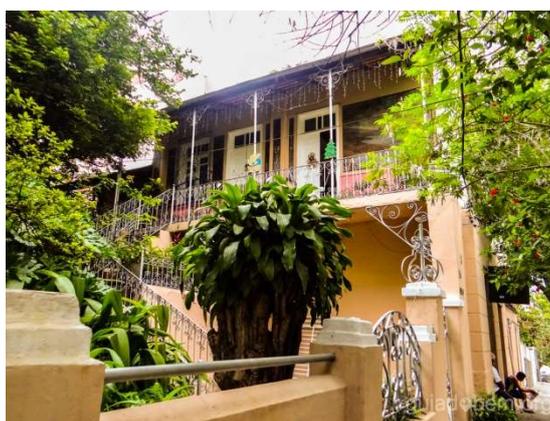
atuais principais vias do bairro, Rua Vítório Marçola e Avenida Francisco Deslandes ainda não existiam.

Figura 8: Parte dos bairros na Planta Cadastral de BH, 1928



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Figura 9: Casa eclética na R. Pium-í 195

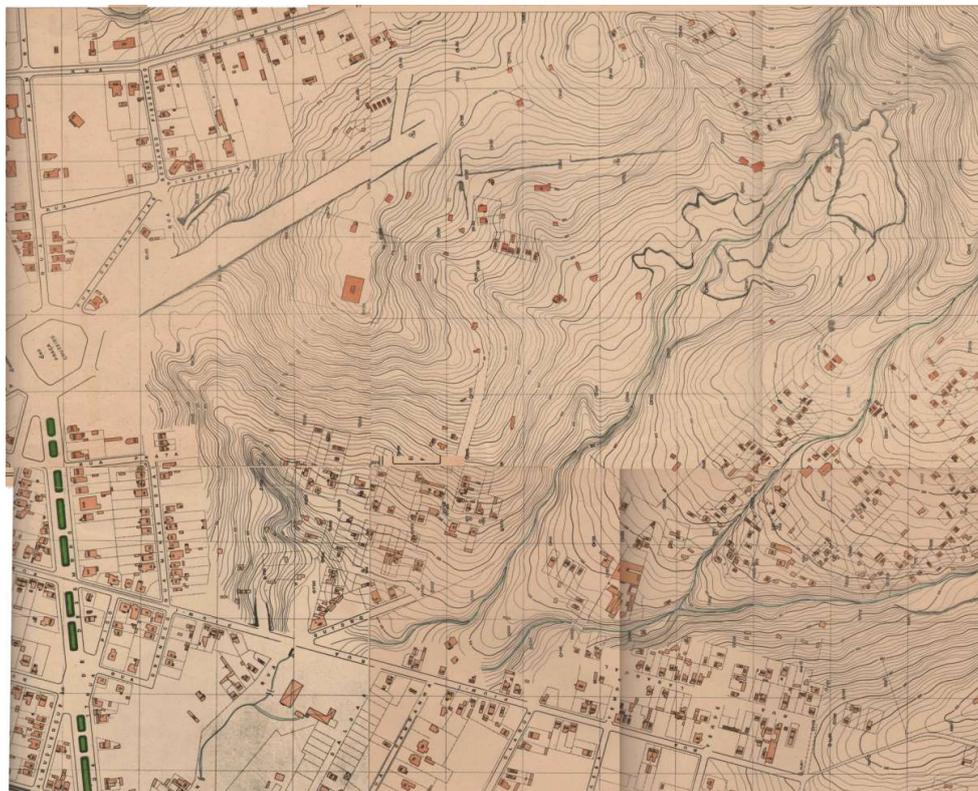


Fonte: Site Guia do Bem, 2017

Ao longo da década de 1930 e 1940 essa região foi sendo mais ocupada e na planta cadastral de 1947 já é possível notar essa diferença (Figura 10). No entanto, a maioria das casas se concentram próximo a Avenida do Contorno (chamada antigamente de Avenida 17 de Dezembro) e a Rua Pium-í, sendo a região próxima do reservatório de água não tinha

nenhuma ocupação. Ao observar uma aerofoto trada em 1955 percebe-se que essa região ainda era pouco ocupada no canto direito da imagem (Figura 11).

Figura 10: Planta Cadastral 1947



Fonte: Arquivo Publico da Cidade de Belo Horizonte

Figura 11: Praça Milton Campos 1955



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Na década de 1950 foram feitas diversas obras urbanas nas proximidades do bairro, como a canalização do Córrego Acaba Mundo, que possibilitou a construção da BR-3, atual Avenida Senhora do Carmo. Nessa mesma década, a região Sul da cidade se tornou um local prioritário para a expansão da cidade, tendo como público alvo a população com maior poder aquisitivo, o que resultou em diversas obras de infraestrutura na região. Com o crescimento populacional nos anos 1950 e com o aumento na frota de automóveis a partir dos anos 1960, a prefeitura lançou um programa “Nova BH 66”, que era diversos projetos para melhoria da infraestrutura da cidade, tamponamento dos rios e asfaltamento das vias

A BH Nova 66 se constitui como um projeto que gerou um grande volume de obras, tendo como um dos principais pilares o alargamento e encaixotamento dos cursos de água que já tinham sido canalizados anteriormente e daqueles que ainda não tinham sido canalizados, cujos espaços ocupados por eles tinham uma relevância estratégica para o setor imobiliário da época (MORAIS, 2020, p. 398)

Além da cobertura do córrego Acaba Mundo, em 1966 houve a cobertura do Córrego Gentio, principal afluente do Acaba Mundo o que possibilitou o asfaltamento de algumas ruas do Cruzeiro, como da Rua Outono (Figura 12).

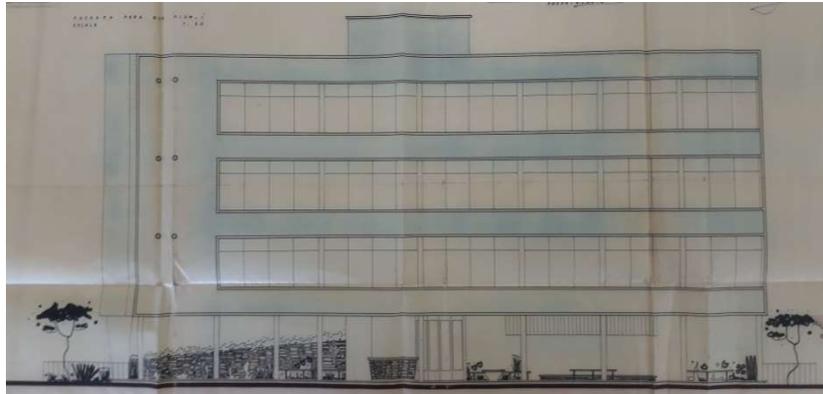
Figura 12: Obras de sub-adutora no bairro Cruzeiro, 1954



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

É a partir do meio da década de 1955 e início de 1960 que começam a surgir os primeiros edifícios, de acordo com Mol (2004), a legislação urbana permitiu a verticalização fora da área central (limite da Avenida do Contorno) somente em 1956, quando aprovou a Lei nº 592 de 27 de novembro. A partir de então, os bairros perientrais, como o Anchieta e o Cruzeiro, que tinham apenas residências uni familiares, começam a ter edifícios de apartamentos de 3 a 4 pavimentos (PASSOS, 1988), como esse edifício da Rua Pium-í datado de 1956 (Figura 13). No final da década de 1960 a paisagem do bairro não tinha sofrido muitas modificações, como é possível observar no lado esquerdo da Figura 14, a região tinha casas e alguns poucos edifícios de baixo porte.

Figura 13: Fachada edifício Rua Pium-í 162



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Figura 14: Praça da Bandeira, 1968

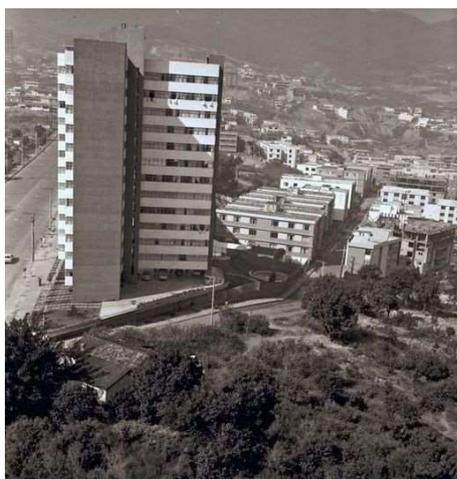


Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

No entanto, foi no final da década de 1970 que houve uma grande mudança no bairro. Isso se deve por causa de dois fatores, o primeiro são as obras nas vias públicas, que melhoraram a infraestrutura da região, e o segundo que foi o surgimento da considerada primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo, a lei 2662/76. Essa lei determinou o zoneamento e parâmetros urbanos da cidade e impactou diretamente na ocupação do bairro. De acordo com essa legislação, o bairro estava localizado na Zona Residencial 4, e a principal característica dessa zona era o uso residencial vertical e a proposta de substituição por prédios de apartamento (MOL, 2004). Esses prédios eram prédios de 2 a 3 pavimentos, sendo 3 o número de pavimentos máximo permitido pela legislação da época, no entanto

em uma foto datada de 1974 é possível ver um prédio de grande porte que foi construído na Avenida Afonso Pena (Figura 15). Nas avenidas principais começavam a ser construídos edifícios de grande porte, além do edifício da Avenida Afonso Pena esquina com a Rua Mestres Lucas, observa-se o edifício Mario Pires (atual edifício da Oi) na Avenida do Cotonó no fundo de uma foto tirada em 1974 (Figura 16).

Figura 15: Rua Mestre Lucas esquina com Avenida Afonso Pena 1974



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Figura 16: Praça Milton Campo 1974



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Além disso, é durante essa década de 1970 que edificações com outros tipos de uso são construídas, como o Hospital Santo Ivo, o edifício da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais e o Mercado Distrital do Cruzeiro (datado de 1972). Durante os anos 1980,

outra mudança na legislação através da Lei 4034 de 1985, modificou o uso e a ocupação do solo urbano, afetando novamente a verticalização do bairro. Com o novo zoneamento, o bairro era zona residencial 4 (em parte do Cruzeiro) e 4a (no Anchieta). Isso permitia uma verticalização um pouco maior (o coeficiente de aproveitamento máximo variava de 1 a 1,5).

Na década seguinte, com a Lei 7169 de 1996 e o novo zoneamento proposto por ela, toda a área do bairro passou a ter um coeficiente de aproveitamento 1,5. Essa mudança nos parâmetros urbanos auxiliou a verticalização dessa área. A partir do final dos anos 1990 surgem prédios residências e prédios comerciais com mais de 10 pavimentos, modificando fortemente a paisagem da região (Figura 17).

Figura 17: Vista bairro Anchieta, 2007



Fonte: Site ArqBH

3. Patrimônio e Proteção

A partir dos dados disponibilizados pela prefeitura de BH foi elaborado um mapa das diretrizes de proteção (Figura 18). Nota-se que são cerca de 10 edificações com algum tipo de proteção. Observando esses dois bairros, nota-se que há duas edificações tombadas e uma outra e processo de tombamentos, sendo todas localizadas no bairro Cruzeiro. As edificações tombadas são uma casa eclética na R. Piuí-m, datada da década de 1910 (Figura 9), e o reservatório de água, que foi o primeiro reservatório construído na cidade em 1897 (Figura 7) e o Mercado Distrital, obra de Eolo Maia, datada de 1972, que esta em processo de tombamento. Todas essas edificações aparetam estar em um bom estado de conservação.

Figura 18: Mapa diretrizes de proteção do patrimônio cultural

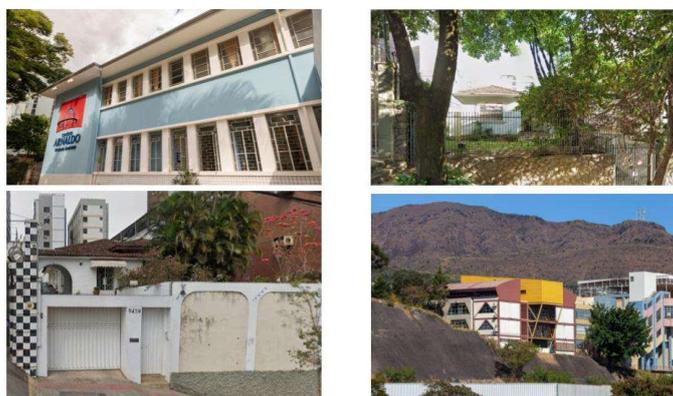


Fonte: Produzida pela autora

Além dessas edificações tombadas, existem outras edificações no bairro que têm diretrizes de proteção vigentes sobre elas. Como é possível observar no mapa, há alguns lotes em

que, para o projeto ser aprovado, é necessário um parecer favorável da Diretoria de Patrimônio. Essas edificações concentram-se no Cruzeiro, sendo apenas uma no Anchieta (o Colégio Arnaldo), as outras edificações a maioria são residências unifamiliares de um dois pavimentos e destaca-se o edifício da Faculdade Fumec (Figura 19). Além disso há dois edifícios que tem essa restrição provavelmente se dá por eles serem adjacentes há um bem tombado.

Figura 19: Edificações que precisam de projeto de alteração aprovado pela Diretoria de Patrimônio



Fonte: Google Street View, 2020

Realizou-se também o mapeamento de registro documental. Esse instrumento administrativo é utilizado para a salvaguarda de bens patrimoniais e também está previsto na Constituição de 1988. Entende-se como registro documental:

Um instrumento de proteção que recai sobre edificações com valor histórico que isoladamente não apresentam características relevantes capazes de justificar seu tombamento. A proteção do registro documental constitui na elaboração de documento sobre o imóvel conforme oferecido pela DPAM - Diretoria de Patrimônio Cultural (PBH, sem data).

O registro documental é um levantamento arquitetônico, fotográfico e histórico de um imóvel, ele é solicitado pela Diretoria de Patrimônio Cultural, sendo o proprietário do imóvel responsável por realizar esse registro. A Prefeitura de Belo Horizonte exige a seguinte documentação para o registro de um imóvel: projeto original da construção; levantamento arquitetônico atual da edificação; identificação do arquiteto ou engenheiro responsável pelo projeto; data de construção; identificação dos usos; identificação dos proprietários originais e todos os posteriores; informações históricas sobre as famílias que ocuparam o imóvel; descrição da história do entorno imediato do imóvel; fotos antigas e atuais do imóvel (SÁ, 2018).

Após a realização, submissão e aprovação do registro é expedida uma 'Carta de Registro Documental Aprovado e Arquivado' informando sobre essa aprovação, ficando a critério do proprietário a preservação ou não das edificações, de modo que os imóveis poderão sofrer intervenções/alterações sem ter que ser aprovado pelo DPCA (PBH, sem data).

Na região de estudo há cerca de 30 edificações com registro aprovado e 5 com o registro solicitado. As edificações com registro solicitado não podem sofrer alterações sem o consentimento da Diretoria de Patrimônio, até que a seja aprovado o Registro Documental e expedida a Carta de Grau. A maioria é residência uni familiar, destacando-se o edifício do colégio Arnaldinho. Em relação às edificações com registro aprovado, elas estão localizadas nos dois barros. Ao analisar as características das edificações com registro aprovado, nota-se que a maioria são residências uni familiares de 1 a 2 pavimentos (Figura 21), com exceção de algumas edificações, como o edifício do INCRA (Figura 22). Ao verificar a situação das outras edificações foi possível perceber que, em alguns casos, as residências que foram registradas foram demolidas e substituídas por prédios residenciais (como observado na Figura 23 e Figura 24). Essa situação foi identificada em dez lotes, o que demonstra que o registro documental não é um instrumento eficaz para a proteção ao patrimônio cultural, pois ele funciona na maior parte das vezes como apenas um registro histórico.

Figura 20: Mapa de registro documental



Fonte: Produzida pela autora

Figura 21: Residências com registro aprovado



Fonte: Google Street View, 2020

Figura 22: Edifício INCRA



Fonte: Google Street View, 2020

Figura 23: R. Minas Novas 14



Fonte: Google Street View

Figura 24: R. Senhoras das Graças 200



Fonte: Google Street View

A partir desse levantamento é possível observar que essa região possui edificações de importância histórica, como as residências típica do início da ocupação do bairro, e arquitetônica e o reservatório de água, e de importância arquitetônica, como o mercado do

cruzeiro. Em relação à proteção desse patrimônio nota-se que o tombamento é uma maneira eficaz de proteger, mas que outros instrumentos como o registro documental não podem ser considerados instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, pois ele funciona na maior parte das vezes como apenas um registro histórico.

4. Considerações finais

Diante do que foi exposto é evidente a carência de estudos sobre o patrimônio arquitetônico dos bairros que estão fora da Avenida do Contorno. É preciso que sejam desenvolvidos estudos para o reconhecimento do valor desses bens e para a aplicação de políticas de proteção ao patrimônio. Dessa forma, o presente trabalho buscou atender em parte à demanda por estudos sobre essa área pericentral, com o aprofundamento sobre os bairros Anchieta e Cruzeiro.

Esses bairros antigos e tradicionais de Belo Horizonte, foram ocupados desde a década de 1910 e tiveram um crescimento maior a partir de 1940 devido a diversas obras de pavimentação e canalização realizadas na área. O levantamento da história do bairro é uma etapa importante para identificar os bens que tem valor cultural e histórico.

Essa identificação dos bens imóveis já começou a ser feita pela prefeitura por meio do tombamento de algumas edificações que tem valor arquitetônico e histórico notáveis. Nessas edificações é possível perceber que o instrumento do tombamento auxilia na preservação do bem, uma vez que eles estão em bom estado de conservação.

Outra forma de identificar o patrimônio arquitetônico é o registro documental. A partir das edificações registradas é possível perceber que a maioria trata-se de residências unifamiliares de 1 a 2 pavimentos, construídas entre as décadas de 1940 e 1960, época em que o bairro começou a ser ocupado, que tem um valor histórico, uma vez que preservam além de elementos arquitetônicos típicos da época, características dos modos de viver das famílias. No entanto, o instrumento de registro histórico não garante a preservação do imóvel, que muitas vezes é demolido e substituído por um prédio residencial. É preciso que modificações sejam feitas nesse instrumento de proteção para que ele se torne mais eficaz.

Por fim, esse estudo feito sobre o Anchieta e o Cruzeiro demonstra a importância da ação de documentação e registro das histórias e do patrimônio dos bairros pericentrais. Esses

bairros muitas vezes negligenciados devem ser estudados para impedir que o patrimônio arquitetônico deles seja destruído e a história apagada.

Referências:

ANDRADE, Luciana Teixeira; ARROYO, Michele Abreu (org.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. 404p

AGUIAR, Tito Flavio Rodrigues de. **Vastos Subúrbios Da Nova Capital: Formação Do Espaço Urbano Na Primeira Periferia De Belo Horizonte**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

AZKARATE, Agustín; RUÍZ DE AEL, M. J.; SANTANA, Alberto. **El patrimonio arquitectónico**. País Vasco: Ediciones UPV, 2003.

BELO HORIZONTE (MG), Prefeitura. **BH MAPS**. Disponível em: <http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=4&lat=7796893.0925&lon=609250.9075&baselayer=base>. Acesso em 06 jun. 2021.

BELO HORIZONTE (MG), Prefeitura. **Histórias de bairros de belo Horizonte: Regional entro Sul**. Belo Horizonte: APCBH, 2008.

BELO HORIZONTE (MG), Prefeitura. Lei nº 2662, 29 de novembro de 1976. **Institui normas de uso e ocupação do município de Belo Horizonte**. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 29 de novembro de 1976. Disponível em <http://leismunicipa.is/aimck>. Acesso em 06 jun. 2022.

BELO HORIZONTE (MG), Prefeitura. Lei nº 3802, 6 de julho de 1984. **Organiza a proteção do patrimônio cultural do município de Belo Horizonte**. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 6 de julho de 1984. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mbihk>. Acesso em 12 jan. 2021.

BELO HORIZONTE (MG), Prefeitura. Lei nº7165, 27 de agosto de 1996. **Institui o plano diretor do município de Belo Horizonte**. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 28 de agosto de 1996. Disponível em: <http://leismunicipa.is/bfldm>. Acesso em 10 jan. 2021.

BELO HORIZONTE (MG), Prefeitura. Lei nº 7166, 27 de agosto de 1996. **Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo no município de Belo Horizonte**. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 28 de agosto de 1996. Disponível em: <http://leismunicipa.is/bmfdl>. Acesso em 08 jan. 2021.

CASAS DA LAGOINHA. O conjunto urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates.

Disponível em: <https://www.casasdalagoinha.com.br/post-unico/2019/03/05/o-conjunto-urbano-lagoinha-bonfim-e-carlos-prates>. Acesso: 05 jan. 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução: Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 282 p.

FERREIRA, Mateus de Moura. **Instrumentos de proteção do patrimônio cultural.** s/d.

GUIA DO BEM. Disponível em: <https://guiadobem.org/>. Acesso: 10 dez. 2020.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é o patrimônio histórico.** São Paulo: Editora Brasiliense. 1981

LEMOS, Celina Borges; GUERRA, Karla Bilharinho (org.). Casa Nobre: Significados dos modos de morar nas primeiras décadas de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Frente e Verso, 2019.

MAPA QUANTO TEMPO DURA UM BAIRRO. Disponível em: <https://quantodura.com.br/>. Acesso: 15 dez. 2020.

MOL, Natalia Aguiar. **Leis e urbes: Um Estudo Do Impacto Da Lei De Parcelamento, Ocupação E Uso Do Solo De Belo Horizonte.** 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MORAIS, Marco Túlio Souza. Os rios em detrimento do moderno: A operação BH Nova 66 e as águas de Belo Horizonte. In: CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 5, 2020, Belo Horizonte. **Ciência e Tecnologia: universidade, sustentabilidade e desenvolvimento econômico.** 2020. Belo Horizonte: Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. p. 384- 405.

OLIVEIRA, Raquel Elizabeth Byrro. **Dossiê de Ausência: O Patrimônio Arquitetônico Urbano Em Condição De Vacância Na Região Central De Belo Horizonte.** 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. **Edifícios de apartamentos: Belo Horizonte, 1939-1976: Formação e transformações tipológicas na arquitetura da cidade.** Belo Horizonte: AP Cultural, 1998.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção ao Patrimônio Cultural: o tombamento como principal instituto.** Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

SÁ, Manuela Cotta de. **Registro Documental**: saiba agora para que é necessário e como fazer. 2018. Disponível em: <http://www.cottaarquitetura.com.br/registro-documental/>. Acesso em 01 ago. 2021.

SANTIAGO, Marcelo Palhares; SANTIAGO, Flávia Gamallo Gondim. **ArqBH**. Disponível em <http://www.arqbh.com.br/>. Acesso em 10 de jun. 2022.